

Sobre lugares relacionais vivenciados na pesquisa em prisões: engendrando corpos, espaços e imagens

Relational places experienced in prison research: engendering bodies, spaces and images

Sobre los lugares relacionales experimentados en la investigación prisionera: engendrando cuerpos, espacios e imágenes



Francisco Elionardo de Melo Nascimento

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

elionardo.nascimento@uece.br



Roberto Marques

Universidade Regional do Cariri; Universidade Estadual do Ceará, Crato; Fortaleza, Ceará, Brasil

roberto.marques@urca.br

1

Resumo: A partir de pesquisa etnográfica com travestis no sistema prisional, discute-se as implicações teórico-metodológicas da dupla identidade como pesquisador e agente prisional vivenciadas em campo. Interlocução contínua com colaboradoras(es) diversos ao longo da pesquisa possibilitaram o refinamento de noções espaciais vivenciadas no e a partir do espaço prisional, permitindo compreender a dinâmica dos sujeitos da pesquisa para além do confinamento e das identidades ali assinaladas. Reflexões sobre a mútua constituição de gênero, sexualidade e Estado são cotejadas ao campo da antropologia e imagem, apontando possíveis avanços metodológicos para os estudos sobre espaços prisionais.

Palavras-chave: prisões; etnografia; agente penitenciário; lugar relacional; pessoas LGBTI+ aprisionadas.

Abstract: Based on ethnographic research with transvestites in the prison system, the theoretical and methodological implications of the dual identity as researcher and prison guard experienced in the field are discussed. An ongoing dialogue with various collaborators throughout the research allowed for a refinement of spatial notions experienced in and from the prison space, allowing for an understanding of the dynamics of the research subjects beyond confinement and the identities they displayed in the field. Reflections on the mutual constitution of gender, sexuality, and the state are brought together with the realms of anthropology and image, suggesting possible methodological advances for studies of prison spaces.

Keywords: prisons; ethnography; prison guards; relational space; incarcerated LGBTI+ people

Resumen: A partir de investigaciones etnográficas con travestis en el sistema penitenciario, se discuten las implicaciones teórico-metodológicas de la doble identidad como investigador y funcionario penitenciario experimentado en el campo. El diálogo continuo con diferentes colaboradores a lo largo de la investigación permitió refinar las nociones espaciales vividas en y desde el espacio carcelario, permitiéndonos comprender la dinámica de los sujetos de la investigación más allá del encierro y las identidades allí identificadas. Se comparan reflexiones sobre la constitución mutua del género, la sexualidad y el Estado con el campo de la antropología y la imagen, señalando posibles avances metodológicos para los estudios sobre los espacios carcelarios.

Palabras clave: prisiones; etnografía; carcelero; lugar relacional; personas LGBTI+ encarceladas.

Submetido em: 12 de dezembro de 2023

Aceito em: 14 de fevereiro de 2025

Introdução

As pesquisas recentes no campo analítico das prisões têm se destacado por sua variedade temática e teórico-metodológica. Distante das análises micro sociais e organizacionais restritas a espaços específicos, que costumavam caracterizar o debate sobre o tema, o borramento de fronteiras como elo de contato entre a prisão e o bairro (Cunha, 2014) consiste em relevante implicação analítica sobre as relações entre o dentro e fora dessas instituições, envolvendo exercícios de poder diversos e racionalidades complexas.

Manuela Cunha (2014) chama a atenção para as inovações metodológicas e as diversas abordagens teóricas presentes nas pesquisas etnográficas que envolvem a cena carcerária no Brasil. A ruptura epistemológica com premissas clássicas que recaíam sobre essas instituições, as quais compreendiam as prisões como “instituições totais” (Goffman, 1974) com “cultura específica” (Clemmer, 1958), abriu espaço a um proeminente campo de estudos que se dobra na compreensão da funcionalidade dessas instituições desde suas conexões com a cidade (Cunha, 2008). A partir dos anos 2000, assistimos, portanto, a um aumento de investigações tributárias da crítica às prisões como “instituições totais”. Produzidas, particularmente, em contextos carcerários do sudeste brasileiro, essas pesquisas assumem como mote: as dinâmicas da atuação de coletivos criminais e suas práticas de poder (Biondi, 2010; Marques, 2014); o governo voltado às populações criminalizadas e a produção de vidas matáveis (Bumachar, 2016; Mallart; Rui, 2017; Canheo, 2018; Sander, 2021), bem como os fluxos e transversalidades inerentes às experiências entre prisões e periferias (Godoi, 2017; Mallart; Rui, 2017) ou entre prisões e movimentos sociais (Lago, 2019).

Também interessado nas conexões entre o dentro e o fora das prisões, um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras tem demonstrado como essas análises não devem desconsiderar relações de gênero e sexualidade. Essas seriam estruturais para a compreensão das dinâmicas de poder que edificam as instituições prisionais (Davis, 2018; Padovani, 2017; Lago; Zamboni, 2017; Canheo,

2018; Lago, 2019; Nascimento, 2020; Uziel *et al.*, 2020, Cavalcanti; Sander, 2019; Sander, 2021; Sander, 2024). Amplamente marcado pela ruptura com a suposição da heterossexualidade da população prisional, esse conjunto de pesquisas tem somado esforços para não apenas visibilizar a presença da população LGBTI+ nos pavilhões de convívio das prisões, como também para complexificar a análise das relações e contextos, que implicam jogos de identificação, refinamento da diferenciação e controle de populações específicas, violação de direitos, acusação e formas de violência específicas a partir de marcadores de gênero e sexualidade.

Nesse último grupo de trabalhos, destacamos a abordagem da visitação íntima como direito e objeto de disputa (Padovani, 2011; Lago, 2019), a tematização de amores e afetos entre presas (Padovani, 2016), as questões próprias da política de encarceramento de pessoas LGBTI+ em alas específicas a partir do ponto de vista das pessoas aprisionadas (Lamounier, 2018), as práticas de identificação e separação como tecnologias de poder implicadas nos modos de gestão dos riscos, a execução de práticas disciplinares e preservação da vida (Seffner; Passos, 2016; Canheo, 2018) e as dinâmicas amorosas, sexuais e econômicas que compõem o território existencial de travestis, “bichas”, *gays* e “envolvidos” quando mantidos encarcerados (Boldrin, 2017; Nascimento; Marques; Osterne, 2020; Sander, 2024).

Acompanhando as dinâmicas do campo descritas acima, a discussão aqui apresentada parte de uma experiência de pesquisa etnográfica sobre aprisionamento de travestis no Ceará (Nascimento, 2022b)¹. Dimensões teóricas dessa experiência são complexificadas a partir do desafio metodológico de pesquisar o/ no campo em que um dos autores tem vínculo duplo, como agente penitenciário² e etnógrafo. As narrativas aqui textualizadas foram mediadas por esse lugar relacional. A partir de trânsitos e pertencimentos diversos conformados pelos encontros entre pesquisa-

¹ Pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCAP.

² Em novembro de 2019, a Emenda à Constituição Federal 104 (EC 104/2019) redefiniu a nomenclatura de “agente penitenciário” para “policial penal”. Como a pesquisa ocorreu entre 2016 e 2018, utilizamos a denominação vigente à época para nos referirmos ao trabalhador da segurança prisional.

dor, as colaboradoras(es) e a administração prisional vislumbram imagísticas de corpo, significados de trânsitos, sentidos de lugar, moralidades e relacionais precipitados a partir da prisão e da escansão do corpo do agente/pesquisador. Assim, o texto toma forma e dá forma às interlocuções iniciadas em ambientes prisionais cearenses, que se espalharam pelas periferias do estado e pelos corredores da administração prisional, e às organizações que militam por direitos humanos das travestis aprisionadas.

Conclusões dessa pesquisa foram divulgadas em artigos e capítulos diversos, notadamente em Nascimento (2022a; 2022b). No limite do presente artigo, detemo-nos em alguns aspectos teórico-metodológicos, descrevendo aspectos etnográficos da pesquisa realizada somente quando necessário. Intenta-se, portanto, textualizar uma experiência etnográfica entre o fora e o dentro das prisões a partir do lugar de pesquisador e agente penitenciário. Em um campo multissituado (Marcus, 1995), circunstâncias diversas submeteram o corpo do agente/pesquisador a atravessamentos que borraram não só as fronteiras das prisões e periferias, mas também borraram as fronteiras, reiteradamente categorizadas como rígidas, entre agentes penitenciários e presos(as). O lugar relacional ocupado revela, portanto, potencialidades inexploradas nas análises sobre trânsitos de corpos, objetos e sentimentos entre o fora e o dentro das unidades prisionais.

Silvana Nascimento (2019, p. 459) ressalta o lugar “do corpo da antropóloga” como recurso e anteparo material para precipitação de relações insuspeitas advindas das “interações entre as antropólogas e seus(uas) interlocutores(as)” (Nascimento, 2019, p. 460) em campo³.

Na procura pela compreensão da alteridade, tornamo-nos outros a partir da percepção desses(as) outros(as) e essa relação se faz, antes de mais nada, pelo corpo, com suas experiências, gestualidades, movimentos, práticas, hábitos, [...] etc. (Nascimento, 2019, p. 460).

3 O diálogo de Silvana Nascimento com o transfeminismo e feminismo decolonial, sobretudo a partir de Glória Anzaldúa, qualifica os deslocamentos metodológicos realizados, com refinamento das marcações de gênero, sexualidade, geração, raça/etnia, região e nacionalidade, entre outros.

Sugere então assumir a “fronteira como condição intelectual” (Nascimento, 2019, p. 465), observando “os processos pelos quais as diferenças são construídas e mover-se entre muros, atravessá-los e olhar através deles” (Nascimento, 2019, p. 465), qualificando como lugares e experiências distintas possibilitam “formas de opressão, discriminação e desigualdade” (Nascimento, 2019, p. 465).

“Mover-se entre muros” (Nascimento, 2019, p. 465). Que novos desafios tal perspectiva despertaria em um campo em que só se pode acessar partes limitadas, em certos horários? Em que pesquisadores/as são limitados/as a conversar com grupos pré-determinados de pessoas? (Gaborit, 2019).

Para Gaborit (2019), a sensibilidade etnográfica que marca o trabalho de campo não pode ser definida pela polaridade “dentro” e “fora”, mas por “negociações habilidosas” que ocorrem em encontros entre etnógrafos e colaboradores/as da pesquisa. Negociações que expressam relações de poder distintas em busca do que Schatz (*apud* Gaborit, 2019, p. 7) define como “o ponto de observação mais próximo”. Dessa forma, assume como recurso metodológico, o “acesso” ao campo a partir de “vários pontos de observação”, o que possibilitaria compreensões nuançadas sob perspectivas múltiplas presentes em campo, qualificando as dinâmicas de poder que as constituem (Gaborit, 2019, e195505, *passim*).

A partir dessas inspirações metodológicas, descreveremos a dinâmica que constituiu um dos autores como agente prisional e, posteriormente, como pesquisador interessado em modelos de aprisionamento de travestis e de pessoas LGBTQ+ no Ceará. A produção do corpo do agente prisional/pesquisador deu-se a partir de interações continuadas na prisão, mas que, como demonstraremos a seguir, ocorreram entre o dentro e o fora das unidades prisionais, por meio de variados “acessos”.

A elaboração deste texto deu-se de forma colaborativa pelos dois autores. Embora o trabalho de campo tenha sido realizado pelo primeiro autor, o escopo da definição do objeto; as estratégias de levantamento de dados; o cotejamento teórico e as análises fo-

ram realizados por ambos os autores. Dinâmica expressa pelo uso alternado da primeira pessoa do singular, quando nos referimos às vivências em campo, e da primeira pessoa do plural, quando abstraímos tais vivências a partir da literatura antropológica. Ainda sobre o trabalho de campo realizado, vale ressaltar que, embora a relação com as travestis que passaram pelo sistema prisional cearense tenha formado o eixo da pesquisa, seus resultados não seriam possíveis sem interlocuções entre os pesquisadores, a administração prisional, agentes penitenciários, familiares das pessoas em cumprimento de pena, militantes de direitos humanos, militantes de direitos LGBTI+, presos e presas LGBTI+.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, o espaço que inspirou o levantamento de dados é apresentado a partir da chegada do etnógrafo na unidade prisional. Complexificações espaciais e derivações na relação entre os sujeitos que marcam essa etnografia são imediatamente apresentadas, impossibilitando cristalizações tão persistentes na produção de saber acadêmico das relações entre sujeito e objeto de conhecimento. A partir do acesso às unidades prisionais e às interações com presas, presos, familiares e profissionais, o autor se constitui como agente. Passa a compartilhar relações diferenciais ali presentes e passa a textualizar relações ali produzidas sobre gênero, sexualidade, Estado e prisões cearenses. Um segundo deslocamento analítico-metodológico se dá a partir do trânsito do pesquisador pelos corredores da administração prisional, penitenciárias e outras instituições de aprisionamento no Ceará. Realizamos, aqui, um breve levantamento da literatura sobre as implicações advindas das relações diversas mantidas entre pesquisadoras(es) com os(as) presos(as) e presídios. Tal análise aponta para a contingência das situações de inserção e impossibilidade da pesquisa em unidades prisionais como prática desencarnada (Nascimento, 2019; Gaborit, 2019).

Por fim, retomando os dados da pesquisa em tela, descreve-se a busca ativa do pesquisador a relacionar com pessoas LGBTI+ aprisionadas, interação mediada por performatividades e imagísticas de gênero precipitadas a partir dos corpos dos sujeitos

em interação na pesquisa. Remetemo-nos, aqui, à relevância do corpo travesti e do mercado sexual entre masculino e feminino (Perlongher, 1987) como alegoria inspiradora das trocas ocorridas em campo. Ao longo do artigo, a apresentação de breves cenas nos guia pelo percurso das complexificações da interação entre os sujeitos, entre as mediações possíveis e entre os desafios metodológicos por elas inspirados.

Sujeitos, espaços e narrativas: situando a experiência etnográfica no fora/ dentro das prisões

Cena 01: Elionardo

Em 2012, tive meu primeiro contato com a prisão. Naquela ocasião, esse espaço pareceu-me estranho, complexo e perigoso. Esforcei-me em interiorizar que ali viveria uma experiência profissional singular, embora, naquele momento, meu sentimento em relação às atribuições que ocuparia como agente penitenciário no ambiente carcerário não fosse exatamente de fascínio. Em meu primeiro dia de estágio, fui direcionado pela comissão organizadora do concurso para o cargo de Agente Penitenciário no Instituto Penal Professor Olavo de Oliveira II (IPPO II). Aquele momento marca minha primeira entrada nas prisões cearenses.

Despir-me de todos os objetos não permitidos no interior da unidade prisional foi a primeira orientação que recebi. Em seguida, passei por dois “procedimentos” de “revista pessoal”: o primeiro executado com o auxílio de um detector de metais e o seguinte pelas mãos do agente plantonista, que tocou por cima da roupa os contornos do meu corpo. Naquele momento, a revista de agentes prisionais por outros agentes parecia informar o rigor que estabelecia uma distinção rigorosa entre o que estava fora e o que estava dentro da prisão. Impossível não realizar paralelo entre essa experiência e o procedimento por mim conduzido diariamente ao longo dos anos seguintes na porta das unidades, nos dias de visita de familiares aos internos.

Como descrito em Nascimento e Marques (2019), a relação entre agentes prisionais responsáveis pelas diferentes fases de revista em familiares na entrada da prisão é marcada por um senso de distinção e hierarquia mais severo. Como desenvolvido adiante, Padovani (2017) ressalta que a diferenciação de *status* entre aqueles(as) que revistam e aqueles(as) que são revistados(as) constitui uma gradação de sujeitos hierarquizados por distintas relações de possibilidade de contágio (Douglas, 1991; Foucault, 1997) assinaladas pelos vínculos de cada um com o preso: familiares mulheres, familiares homens, agentes pastorais, pesquisadores etc. Ao inspecionar visitantes, o agente, assim como o Estado por ele representado na ação de revistar, é aparentemente isentado da possibilidade de contaminação. Ao contrário, ele estaria alçado à condição de especialista na contenção de contágios entre o dentro e o fora. A partir de Padovani (2017), compreendemos, portanto, que embora confluam gestos semelhantes, minha revista por outros agentes prisionais está bem distante de outras modalidades de revistas vivenciadas ali.

9

Vale ressaltar, no entanto, a particularidade que marca meu corpo revistado: acessando a prisão como agente, cabe a mim ancorar gestos, relações e práticas comuns aos demais agentes. Lugares sociais que ainda iria descobrir. A revista torna-se, portanto, etapa liminar em que o corpo que se dá à revista física acena a possibilidade de incorporar o Estado no exercício de sua profissão.

Em minha prática cotidiana de agente, desde então, pude perceber como performances contínuas de reiteração e diferenciação de *status* e hierarquias são borradas pelo fato de que o funcionamento das unidades não se manteria sem a associação interessada e contínua tecida diariamente entre quem ali trabalha e quem ali habita; entre quem vigia como profissional e quem vigia como preso, entre quem contém e quem é contido. Cada um desses polos é marcado por ambiguidades e porosidades. Se essa convivência parece se adensar em cadeias públicas com número insuficiente de agentes prisionais (Nascimento; Marques, 2019), mesmo em prisões com altos índices populacionais, o contato entre agentes

e internos(as) é constante, principalmente com aqueles(as) que desenvolvem atividades de trabalho no interior das unidades⁴. Eles(as) convivem com os(as) profissionais da segurança nos corredores; na cozinha; no refeitório e na padaria, embora sempre pedindo autorização dos agentes penitenciários, que se dividem em postos estratégicos de vigilância e controle das pessoas e objetos que transitam naqueles espaços.

Tal como a verificação contínua a que corpos masculinos e femininos são submetidos na interação com outros corpos, masculinos e femininos, para o reconhecimento de *status* relacionados a performatividades de gênero e sexualidade⁵, agentes prisionais e internos são constantemente questionados e postos sob suspeita a respeito dos produtos e destinos dessa interação contínua, sempre percebida em seu potencial de ordenamento e contaminação de mundos. Concomitante ao notório viés hierárquico identificado entre presos(as) trabalhadores(as) e agentes penitenciários(as), desenvolvem-se ali sentimentos de identificação, complementaridade e confiança, ainda que marcados pela precariedade e sensação de vigilância constante presentes no ambiente prisional. Foi, então, em uma atividade cotidiana envolvendo internos(as) trabalhadores(as) e profissionais de segurança que tive o primeiro contato com Renata⁶, travesti reclusa na Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRS.

Cena 02: Renata

Ainda tentando me localizar naquele espaço hostil a partir da condição de agente prisional, fui designado a acompanhar Renata durante a faxina rotineira que ela fazia no alojamento dos profissionais. Habilidosa com as práticas de higiene e no trato com os(as) agentes penitenciários(as), Renata fazia questão de sinalizar para todos(as) que a acompanhavam durante a limpeza que realizava o

4 Como descrito adiante, práticas abusivas de trabalho de pessoas aprisionadas em delegacias e prisões de pequeno e grande porte marcam o cotidiano prisional brasileiro. A esse respeito, ver Benevides (2022).

5 Durante a pesquisa, tais avaliações tomaram a forma de termos como: “homem de verdade”, “mulherão da porra”, expressos ao longo do texto.

6 Ao longo do artigo foram utilizados nomes fictícios para interlocutoras e interlocutores, de modo a manter seu anonimato.

trabalho com esmero e boa vontade. Tática eficaz para puxar conversa e solicitar pequenos benefícios pelo trabalho desenvolvido: sabão para higiene pessoal, creme dental, lanche, entre outros. Como apontado por Benevides (2022, p. 44):

[...] assim como fora dos muros das prisões, o trabalho é uma questão fundamental para as pessoas trans [...]. As que conseguem trabalhar, em geral, fazem limpeza ou cozinham. Entretanto, muitas são reinseridas no sistema de prostituição, ou de exploração sexual, sendo obrigadas a manter relações sexuais para conseguir itens básicos de limpeza, cuidados pessoais, cigarros ou outros produtos, às vezes até comida e segurança.

A precariedade em relação aos itens para a própria manutenção da vida nas prisões cearenses assume contornos mais dramáticos para pessoas trans do que para as/os demais detentas/os, tendo em vista a quase ausência de visitas de familiares que costumam levar-lhes o “malote” — as grandes sacolas recheadas de mantimentos. Dessa forma, destituída de roupas e adereços, tendo tido seus cabelos compridos cortados em seu ingresso na PIRS, Renata vestia o “fardamento padrão” para todas as pessoas presas no Ceará: *short* laranja e blusa branca tarjada pelo termo “sistema prisional cearense”⁷. Incomodado em apenas observar a execução do seu trabalho, passei a afastar os móveis, enquanto ela lidava com produtos de limpeza, rodos e vassouras. Desempenhávamos assim uma performance de gênero em que agente/masculino “ajudava” a detenta/feminino nas tarefas domésticas do lar/prisão⁸.

Enquanto isso, Renata contou-me sua angústia em estar presa e não poder expressar sua identidade como gostaria. Em 2013, não existia qualquer legislação que versasse sobre a preservação

7 As vestimentas são padronizadas, independente se são presos homens ou mulheres. Da mesma forma são os fardamentos dos/as policiais penais. Há variadas práticas no sentido de adequar as vestimentas às identidades de gênero das pessoas, como descrito em Nascimento (2022b).

8 Embora a cena implique em uma imagística dos papéis atribuídos socialmente aos homens e às mulheres em relação ao trabalho, a atividade de limpeza na prisão não é exclusiva para presas travestis ou trans, assim como o trabalho da vigilância na execução dessa atividade não é restrito a agentes masculinos. Deste modo, agentes femininas também vigiam a faxina realizada por presos.

da identidade de gênero de travestis presas no Ceará. Essa ausência causou eco na Casa de Privação Provisória de Liberdade III (CPPLII), quando em 2014 um grupo de travestis reivindicou a proibição do corte de cabelo por meio de abaixo assinado, tendo sua queixa atendida pela então secretaria de Justiça e Cidadania. Um pouco mais tarde, a Resolução Conjunta de Nº 1, formulada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, estabeleceu os parâmetros de acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade (Brasil, 2014)⁹.

Naquele momento, senti-me impelido a tomar as tensões desencadeadas pela presença de travestis nas prisões masculinas do Ceará como tema de pesquisa. Pelos anos subsequentes, passei a desenvolver interlocuções contínuas com travestis, familiares, militantes LGBTI+, agentes e demais profissionais das unidades prisionais cearenses. Por meio desses contatos, pude perceber diferentes relações de poder precipitadas pelo lugar relacional que ocupo para com as prisões, como agente e pesquisador. Questões vivenciadas por e através do meu corpo nos diferentes espaços em que circulei.

A precariedade econômica que marca minha origem social estabeleceu o trabalho de agente prisional como forma de manutenção da vida e possibilidade de ascensão social. Para as camadas pobres de origem rural ou urbana do Brasil, a profissionalização não está relacionada à ideia de vontade ou suposta vocação. Tornar-me agente prisional, ancorando relações de identificação com o Estado, não era, portanto, mera estratégia de entrada em campo. Era estratégia de sobrevivência! Ao contrário, pensar as relações ali estabelecidas como tema de reflexão acadêmica era uma escolha.

Para ascender à condição de pesquisador, fazia-se necessário entender o ambiente prisional sob o ponto de vista das travestis. Aprendizado que, como tento desenvolver a seguir, passou a ope-

9 A Resolução Conjunta de Nº 1, formulada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, garante: uso de nome social; existência de ala específica em penitenciárias masculinas para gays e travestis, a partir do interesse dos mesmos; tratamento isonômico entre mulheres transexuais e demais mulheres; facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, bem como a manutenção dos cabelos compridos para travestis e transexuais.

rar fissuras constantes na tentativa de reiteração de personagens tal como presentes no dia a dia das prisões: quem vigia, quem é vigiado; quem está fora, quem está dentro; quem habita, quem trabalha; quem é da ordem, quem é do crime. Polaridades aparentemente autoevidentes que se complexificam sob o olhar mais atento, a partir da variação e valorização de narrativas distintas que conformam os lugares sociais ali vividos (Clifford, 2002).

Retomando a imagem das inspeções realizadas na entrada das unidades, tais revistas deixaram de ser lidas por mim como demonstração de uma suposta pureza institucional (Douglas, 1991). Passaram a ser percebidas como sintoma de uma crise de contágio. Não mais como expressão do rigor na distinção entre o fora e o dentro das prisões, mas como indício de um conjunto complexo de ambiguidades sobrepostas presente no sistema prisional. Enquanto aprendia, no convívio institucional com a administração e os demais agentes, a ocupar um lugar funcional na prisão, aprendi com Renata a potencialidade de esgaçar continuamente meu corpo a este contágio.

Em um texto clássico, Clifford Geertz (1989) nos ensina que o reconhecimento da operacionalização de sistemas simbólicos distintos do nosso só é possível porque reconhecemos o simbolismo como ato humano, portanto, identificável e apreensível por outro humano. Para tanto, faz-se necessário observar como o Outro interpreta sistemas de sinais variados e complexos presentes nos simbolismos de sua cultura. Ao tematizar a “dialogicidade” como utopia de uma escrita capaz de modular relações de poder vivenciadas por diferentes corpos, nativos e intelectuais, com suas textualizações e narrativas, James Clifford (2002) reitera a possibilidade de produção de mundos via texto etnográfico. Não assinalando a ordem, mas evidenciando tensões e rasuras.

Dessa forma, assim como Geertz e Clifford, Renata parecia incentivar contágios em mim. Demandando habilidades específicas de observação, manejo de instrumentais metodológicos, disposição autêntica para fazer-me contagiar pelo(a) outro(a) e escolha

de materializações específicas que condensassem os borramentos entre posições, *status* e formas de identificação tão frequentes nas unidades onde atuei¹⁰.

Travestis aprisionadas me pareceram, portanto, elementos-chave para compreender a complexidade de interações e tensões presentes no sistema prisional brasileiro: corpos femininos presentes em unidades construídas para abrigar corpos masculinos (Lago; Zamboni, 2017); o silêncio sobre situações afetivo-sexuais cotidianas vividas em um espaço onde a suposição da heterossexualidade é alçada ao *status* de forma de hierarquia e proteção; processos de identificação de si mediados por atividades usualmente identificadas como femininas; possibilidade do Estado cercear as identificações com o gênero feminino, ainda que a legislação a respeito reze o contrário (Brasil, 2014).

O lugar relacional que tive que desenvolver como agente e pesquisador, tornando a mim mesmo um corpo-ciborgue (Haraway, 2009) foi inspirado, portanto, por formas contínuas de montagem, articulações de peças distintas e borramentos característicos do que acreditava eu, até então, ser o meu campo. Novas demandas surgiram quando me dei conta de que a forma-prisão não se restringia a meu campo de atuação como agente prisional, mas vazava pelos bairros onde moravam internos e internas. Respingava o cotidiano de familiares, deslocava-se para a periferia e entre as periferias. Esse novo contexto espacial e suas consequências me foram ensinados por Amanda.

Cena 03: Amanda

Conheci Amanda logo após sua entrada na prisão. Era magra, tinha seios fartos e cabelos longos – “um mulherão da porra!” Como me dissera uma vez seu companheiro Cadu, que com ela e outros internos dividiam uma cela na PIRS. Nossa interação na Penitenciária costumava ser agenciada pelos preservativos que

¹⁰ No sistema prisional cearense, mantive contato como agente ou pesquisador com a Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS), com o Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS) e com o Presídio Irmã Imelda Lima Pontes. Estas duas últimas instituições contam com espaços específicos para a população LGBTI+ em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado.

costumava solicitar. Amanda passou quase dois anos presa por tráfico de drogas. Após esse período, passou a cumprir pena privativa de liberdade em regime aberto por ser ré primária. Continuamos então nossas conversas em sua casa, localizada em um bairro na periferia de Sobral (CE)¹¹.

As circunstâncias recentes de interação com Amanda despertaram novas habilidades em campo. Ao longo do meu exercício como agente, aprendi a me sentir seguro a partir de indícios como: uso da farda, compartilhamento de *status* e por estar no que seria meu local de trabalho¹² com colegas de profissão. Em seu bairro, era eu o corpo borrado, que não deixava de ser agente, mas que não poderia usufruir os benefícios e a suposta segurança desfrutados no conforto simbólico da unidade prisional. Naquela periferia, evidentemente, não era eu a autoridade. Ao contrário, minha segurança era mediada por Amanda.

Os deslocamentos entre a unidade em que me encontrava alocado e as periferias da cidade de Sobral, onde habitavam minhas interlocutoras, fizeram-me perceber que a etnografia é uma atividade que implica a interação de múltiplas agências. Que, aos poucos, a hierarquia ingênua que define o pesquisador como sujeito da pesquisa vai cedendo espaço ao fato de que as narrativas são conduzidas e localizadas pela qualidade da interlocução com as colaboradoras, que revelam ou não fatos de suas vidas; confiam ou não segredos compartilhados; convidam ou não o pesquisador à sua intimidade.

Pensar que colaboradoras e colaboradores estão sujeitos a complexas relações de poder que atravessam essas possibilidades (Clifford, 2002), que um bom colaborador sabe fazer a leitura do campo de relações a que está submetido prevendo, portanto, seus perigos, afasta-nos da interpretação inocente de que a escrita etnográfica é fruto de uma relação horizontal entre sujeitos com

11 Sobral é a maior e mais populosa cidade da região Norte e Noroeste do Ceará. Possui extensão territorial de 2.068,474 km² e população de 210.711 habitantes. Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

12 Como demonstram pesquisas sobre índices de suicídio entre agentes prisionais no Ceará (RIBEIRO, 2022; NASCIMENTO, 2022A), trata-se de uma falsa segurança advinda da sensação de interação entre pares e a consequente oposição nós X eles, reiterada no cotidiano prisional por agentes e detentos(as). Ver Nascimento (2021).

livre arbítrio dependentes apenas da autenticidade de sua relação. Diferentes autores(as) chamam a atenção para o fato de que alguns marcadores precisam ser controlados para que a qualidade da interlocução e a pesquisa em si mesma melhorem. Outros(as) tantos(as) enfatizam momentos em que marcadores não podem ser manipulados e conduzem por si a jogos de diferenciação que ora beneficiam a pesquisa, ora a impossibilitam. Vale de Almeida (2000), por exemplo, ressalta que negociações intersubjetivas mediadas pelos marcadores sociais lidos em campo, no corpo do colaborador; no corpo do etnógrafo, muitas vezes revelam percursos e trânsitos sociais compulsórios a que todos os sujeitos presentes no campo estariam submetidos. A consciência das hierarquias a que me encontrava submetido, bem como a ausência de controle sobre essas relações, tornavam as idas à casa de Amanda momentos de tensão intensa. Ela morava em uma área com intenso fluxo de pessoas movidas pelo mercado de drogas. Minhas atitudes, porém, não confluíam com as de outros transeuntes da área. Seus irmãos e vizinhos me olhavam sempre com suspeitas.

Se considerarmos que momentos de relaxamento ou matização das categorizações que nos diferenciam e nos situam nos campos etnográficos, de que fala Vale de Almeida (2000), permitem situações-chaves para o estabelecimento de uma comunicação privilegiada entre pesquisador e colaboradores em campo, cabe dizer que minha condição de agente penitenciário nunca se fazia esquecida pelos familiares e vizinhos de Amanda. Não entendiam o que um agente queria visitando uma pessoa que ainda cumpria pena. Somente após o trabalho de campo percebi os riscos que corri ao me deslocar sozinho, de moto ou a pé, em um território disputado por coletivos nomeados pela força policial e por parte da literatura como “facções”¹³.

A interlocução com Amanda em sua casa não trazia riscos só para mim, sobretudo quando diferentes “facções” passaram

¹³ O termo “facção” é utilizado por agentes de segurança, internos, gestores e outros para referirem-se a coletivos de presos atuantes dentro e fora de prisões do Ceará. O termo é utilizado aqui como categoria advinda da linguagem desses coletivos ou do que se propaga sobre eles nas mídias e sistema de justiça.

a disputar o domínio daquele território¹⁴. Embora Amanda não trabalhasse mais para o dono da “boca de fumo”, ela e seus familiares poderiam ser acusados de “cabuetagem”¹⁵, ou seja, alguém que além de não estar a serviço do mercado de drogas local pode ser informante da polícia. A mera ausência de uniforme e armamento ou o rumo despretensioso das conversas sobre o cotidiano não eram suficientes para que eu me desprendesse da figura do Estado. Como corpo mal localizado naquele território rigorosamente controlado, provavelmente eu era lido como incorporação do Estado, repressor de coletivos criminais e suas práticas. Dito de outro modo, eu supostamente seria alguém responsável por combater as ações das “facções” – o “Estado Penal” encarnado na representação do agente penitenciário, ainda que isso fosse contrário à minha vontade¹⁶.

Se retomarmos as interações com Renata, ocorridas em 2013, e o contato com Amanda, entre os anos de 2016 e 2017, poderemos perceber que as redes que informam suas identidades não se restringem ao mero desejo pessoal de anúncio pública de uma identidade sexual e de gênero. Elas são certamente constituídas por espelhamentos com o feminino, ponto de acesso à minha questão de pesquisa. A interlocução contínua passou a revelar nuances da conformação de suas identidades a seus lugares de origem, e, a partir de 2016, a relação desses lugares com as “facções” presentes no estado do Ceará¹⁷.

Retomamos então o ensinamento de Avtar Brah (2006), para quem as identificações sociais são moduladas por disjunções e conjunções tecidas a partir de diferentes tempos e espaços, mas que repercutem diretamente na vida de sujeitos espacial e socialmente localizados. Contrastando as imagens impostas pela entrada em campo a partir de Renata e Amanda, evidenciam-se as

14 Sobre a presença dos coletivos no Ceará, ver: Sá e Aquino (2018), Paiva (2019) e Siqueira, Nascimento e Moraes (2022).

15 Termo local para a palavra “alcaguete”.

16 Para uma discussão sobre as relações entre agentes estatais, pessoas às margens da legalidade e suas práticas nas prisões e periferias, ver: Barbosa (2015), Misse (2007) e Rui (2014).

17 A partir de 2016, a política de separação das “facções” em diferentes unidades prisionais do estado foi acompanhada de outra demanda: as “facções” não aceitariam a permanência de presos e presas LGBTI+ compartilhando os espaços por elas habitados, implicando em intrincado jogo de seleção, separação e, ocasionalmente, transferência de presos LGBTI+ para presídios específicos (BIONDI, 2010; NASCIMENTO, 2022b; 2020).

múltiplas espacialidades e relações de poder “acessadas” a partir de seus corpos. Renata e Amanda são particularizadas por uma teia de relações vividas fora dos corpos delas, mas que acessam seus corpos como indícios de algo fora de lugar: corpos femininos em presídios masculinos. Seja pelo “Estado”, seja pelas “facções”, Amanda e Renata parecem assinaladas como corpos que não deveriam existir. Ao mesmo tempo, essas relações são editadas, espelhadas, ganham formulações sintéticas em uma espécie de imagem sensorial (Gonçalves, 2012).

Assim, multiplicados os agentes de designação das narrativas sobre esses corpos e as espacialidades onde habitam; complexificadas as relações por eles precipitadas, o que significaria “estar lá?” (Geertz, 2002) Em campo? Novas dimensões a essa questão são adicionadas quando consideramos as negociações institucionais necessárias para “estar lá”. Em perspectiva teórica distinta, Pollak (1989; 1992) discute a edição institucional das memórias sociais, compartilhadas ou soterradas, equacionando identidades comuns nas disputas de integração à memória oficial. Investigações recentes em contextos prisionais chamam a atenção para os jogos de localização sempre parciais que marcam o acesso e a permanência de pesquisadores(as) em campo, marca relevante nessa pesquisa tratada a seguir.

Trânsito entre prisões e relações com o Estado

Cena 04: Elionardo e Mirtes

A esse primeiro deslocamento físico entre o dentro e o fora da prisão, seguiu-se um outro, inspirado pela necessidade de levantar dados sociologicamente relevantes ou cotejar informações advindas de diferentes unidades no Ceará. Liv Gaborit (2019) nos adverte sobre os benefícios de acessar o campo a partir de distintas “relações proximais”, percebendo a variedade de narrativas e redes de poder ali presentes. Pode-se dizer que acessar dados institucionais das prisões cearenses a partir de sua burocracia constituiu uma terceira forma de “acesso” (Gaborit, 2019). Relações com

colegas de profissão em outras unidades e com as diversas facetas da administração prisional tornaram-se expedientes fundamentais da pesquisa para que esse novo trânsito fosse possível. Contudo, a natureza da pesquisa realizada e a interlocução prioritária com travestis no sistema prisional cearense fizeram com que meu corpo em campo passasse a ser lido de formas não antecipadas por mim no desenho da pesquisa, conforme desenvolveremos a seguir.

Em atuação na PIRS, desde 2013, tive meus primeiros contatos com o Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne - CEPIS em 2017 por demanda de minha atuação recente como pesquisador. O dia ainda estava amanhecendo quando encontrei Mirtes, agente penitenciária designada para o posto de recepção na CEPIS naquele horário. Identifiquei-me como agente Melo, apresentei minha carteira funcional e falei da pesquisa que desenvolvia em prisões cearenses. Ela prontamente convocou o chefe de equipe, para quem reapresentei minha identidade profissional. Mirtes me convidou então para tomar café da manhã.

Dois dias antes dessa visita, ocorrera minha única interação com alguém da equipe da CEPIS até então: uma breve troca de mensagens via aplicativo de celular com o diretor daquela unidade. Para os demais agentes, eu era totalmente desconhecido. Enquanto tomávamos café expliquei que, caso liberado, o trabalho de campo seria ali realizado a partir de entrevistas e de observação participante. O chefe de equipe me questionou em tom irônico e descontraído – “E você vai pesquisar justamente os viados?!? Aqui tem demais! (risos)”. A ironia como performatividade de gênero (Butler, 2003) estabelecia a necessidade desesperada em reiterar a oposição nós/Estado/ agentes/masculino em relação aos/ às sujeitos/as pesquisados/as. Em seguida, Mirtes me convidou para acompanhar a rotina da unidade prisional naquela manhã. Deixei meus pertences em sua sala e fui por ela revistado antes de segui-la pelos corredores e pelas alas da unidade, onde alguns presos realizavam a faxina. A partir daquele momento, eu e Mirtes iniciamos uma interlocução contínua que se estendeu via aplicati-

vo de celular, mesmo após a finalização do trabalho de campo. Ela me apresentou cada uma das alas enquanto acompanhávamos a “paga do café” para os internos.

A exemplo das tensões e complementaridades descritas na sessão anterior, percorrer prisões onde eu não desenvolvia atividade profissional como agente me fazia refletir sobre as ambiguidades do lugar a que meu corpo era agora alçado. Explorar espaços novos e desenvolver relações de reciprocidade com agentes e diretores era mais um desafio que se apresentava no campo etnográfico. Como não me encontrava ali no exercício de minha função como agente, meu acesso às presas e aos presos deveria ser restrito. Em tese, não poderia manter com as travestis na CEPIS relações de troca semelhantes às que marcavam meu cotidiano na PIRS, onde atuava. Meu acesso à rotina de interlocutoras(es) nessas unidades passou a ser mediado então pelo corporativismo profissional¹⁸. Assim, se minha condição de agente prisional causava ruídos difíceis de ignorar nos becos e vielas da periferia por onde eu seguia Amanda; era essa mesma relação com a corporação que possibilitava acesso aos corredores de uma segunda unidade prisional e ao dia a dia de outras travestis aprisionadas no estado do Ceará.

Façamos um breve parêntese para refletir sobre condições variadas no acesso de pesquisadores e pesquisadoras aos espaços prisionais do Brasil. A literatura recente tem ressaltado as dificuldades de acesso ao cotidiano das pessoas nessas instituições. Estratégias diversas de inserção em campo vêm sendo descritas por meio de: negociações com a administração prisional (Ramalho, 2008; Dias, 2011; Salla, 2013; Castro e Silva, 2011); entradas como visitante de preso (Biondi, 2010) ou como agente da Pastoral Carcerária (Godoi, 2015). Cada um desses trabalhos ressalta o passo a passo do ingresso em campo, os limites negociados para permanência do(a) pesquisador(a), o que se conseguiu e o que não se conseguiu cumprir daquilo que havia sido planejado para a observação do cotidiano carcerário.

18 Condição semelhante é descrita em Canheo (2018). Ao longo de seu trabalho, Juliana Farias vem relacionando o corporativismo de agentes do estado à violência a que populações periféricas são submetidas (Farias, 2020). Ver ainda Mbembe (2018) e Butler (2015).

De modo pouco convencional, Karina Biondi (2010) inaugurou as etnografias realizadas em unidades prisionais brasileiras que não necessariamente passaram pelo crivo da liberação institucional. Seu trabalho de campo sobre um coletivo prisional em São Paulo conhecido como Primeiro Comando da Capital - PCC foi desenvolvido enquanto visitava seu companheiro que cumpria pena privativa de liberdade. Escreveu sua etnografia a partir de observações, vivências e relatos de seu esposo sobre a atuação do PCC nas prisões daquele estado. A autora afirma que, ao pesquisar a prisão como visitante, passou a ter uma visão da prisão “de dentro”, localização privilegiada que permitia a Biondi observação dos preceitos éticos e morais a que estavam submetidas pessoas aprisionadas sob o julgo do Comando. Teve acesso ainda a outras visitantes que, como ela mesma, organizavam-se semanalmente para encontrar familiares e entes queridos encarcerados. Durante as horas de espera, compartilhavam narrativas; memórias e repertórios de deslocamentos em comum em seus percursos até a prisão. Se a condição de visitante permitiu a Biondi acesso privilegiado às redes de relações familiares dos internos, por outro lado, junto a profissionais da unidade, sua condição de “mulher de preso” não era vista com bons olhos, gerando desconfiças e tensões vivenciadas através de seu próprio corpo. Sua condição de gênero fez com que seu corpo fosse atravessado por dinâmicas próprias da prisão, tal como a revista íntima/vexatória¹⁹, entre outros processos organizacionais próprios dessa relação com os agentes penitenciários.

É tratando da revista íntima/vexatória que Natália Padovani (2018a) problematiza as múltiplas formas de inserção por ela acessadas como pesquisadora do campo prisional. Apesar de ter liberação concedida pela juíza da execução penal para desenvolver pesquisa em uma unidade prisional de São Paulo, Padovani experienciou o acesso a distintas prisões em São Paulo e na Catalunha nas condições de “amiga de presa” e como “agente da

19 A diferentes formas de nomeação da revista de visitantes na entrada das prisões constituem por si só objeto de disputa entre diferentes grupos envolvidos com as instituições prisionais. De um lado, agentes estatais afirmam que a revista íntima é importante para impedir a entrada de materiais proibidos no interior das unidades. Por outro, esposas de presos e movimentos sociais denunciam a prática como invasiva, causando constrangimentos para as visitantes. Em meio a disputas presentes no campo sobre a prática, decidimo-nos por utilizar ambas as adjetivações da revista, “íntima” e “vexatória”, separadas por barra. A respeito das disputas de designação sobre a revista íntima/vexatória, ver também Lago (2019).

Pastoral Carcerária”. A autora analisa como seu corpo fora objeto de diferentes graus de análise e suspeição em cada uma das modalidades de ingresso por ela acessadas em campo. Sua forma de entrada a colocava ou não em justaposição às pessoas presas, em decorrência das relações, objetos e papéis que carregava.

Nas ocasiões em que se apresentava como pesquisadora, a revista teve como objeto de esquadramento os papéis que carregava, tais como documento pessoal e liberação assinada pela juíza. Bem diferente de sua entrada como agente da Pastoral Carcerária, quando a inspeção realizada priorizava os objetos que Padovani levava consigo. Por fim, quando se apresentava como visita de presa, teve seu corpo nu exposto a análise criteriosa da agente penitenciária responsável. A suspeição de entrada com ilícitos carregados nas cavidades do corpo e dobras das vestimentas estaria, portanto, relacionada à justaposição da visitante à pessoa presa.

Castro e Silva (2011) também experimentou uma relação de justaposição na prisão. Nesse caso, vivida a partir de sua condição de ex-agente penitenciário no Rio de Janeiro. O pesquisador atuou em prisões cariocas entre os anos de 1997 e 1999. Cinco anos depois, sem qualquer contato com o sistema prisional, retornou à prisão para trabalho de campo de sua pesquisa de doutorado, tendo a liberação da pesquisa agenciada pela experiência vivenciada outrora como profissional da prisão. Essa experiência possibilitou ainda acesso aos documentos produzidos na prisão e a profissionais, uma vez que havia entre estes um entendimento de que a pesquisa realizada por Castro e Silva favoreceria os agentes penitenciários, expondo suas condições de trabalho.

De acordo com Rafael Godoi (2015), desconfianças e estigmas permeiam o mundo social e são questões que acompanham qualquer pesquisador que se proponha a estudar espaços de confinamento. Assim como Padovani, Godoi teve sua entrada em campo agenciada pela Pastoral Carcerária e aponta duas limitações principais dessa forma de inserção: do lado da administração prisional, sentiu certa frieza e desconfiança. Já na relação com os presos, “há uma diretriz da entidade para que seus agentes pro-

curem ignorar o que cada um fez (ou foi acusado de fazer) para estar na prisão, também sobre o que fazem (ou pretendem fazer) de ilegalismos vários, dentro e fora da instituição” (Godoi, 2015, p. 46). Essas distintas modulações engendradas a partir do lugar ocupado por Godoi como agente da Pastoral Carcerária/pesquisador conduziram as relações que foi ou não capaz de desenvolver ao longo de seu trabalho de campo.

Estratégias específicas de condução em campo, experimentações na escrita etnográfica, afetações éticas e políticas vivenciadas em um campo hostil e polissêmico vêm firmando as pesquisas em espaços de confinamento como importante *lócus* de renovação das investigações com inspiração etnográfica. Múltiplas vozes ecoam em corredores, alas e celas. Vozes inaudíveis a pessoas que frequentam o espaço de forma esporádica ou com acesso limitado. Abafadas pelas tensões cotidianas, essas vozes parecem também incapazes de se expressar por agentes penitenciários(as) e presos(as), personagens principais presentes na rotina do encarceramento. O refinamento da equação entre “o dentro” e “o fora” que potencializará uma nova política e poética na expressão do cotidiano prisional parece exigir o engenho de novos “lugares cognitivos” (Rapport, 2000; Marques, 2023), mediados pelo corpo em trânsito dos(as) pesquisador(as).

A formulação clássica a respeito do trabalho de campo, em que a situação ideal para a abstração das regras culturais presentes em determinado contexto se daria a partir da produção de alteridade incompatível a partir da condição de participante ordinário da cultura, vem sendo problematizada por diferentes perspectivas teórico-políticas. Considerando os trânsitos diversos engendrados a partir dos corpos do etnógrafo e do colaborador (Rapport, 2000), o “estar lá” textualizado é a abstração de um “lugar cognitivo” produzido pelo pesquisador a partir de sua presença, deslocamentos e relações em campo.

Retomando minha situação de pesquisa, realizar observação participante em instituições onde já me encontrava marcado por uma identidade profissional específica e um conjunto de funções

previamente definidas rendeu-me problemas até então insuspeitos. Além da insegurança comum a pesquisadores inexperientes, muitas vezes a relativização do cotidiano profissional em que me encontrava inserido parecia impossível. Ao mesmo tempo, esbocei a habilidade de estranhar-me a partir da escrita, de ver a rotina prisional e a mim mesmo como objetos. Tive a experiência incomum de ser agente penitenciário e simultaneamente observar aos outros e a mim como trabalhadores da prisão. Eu estava e não estava na cena. A constituía, de forma voluntária ou não, e me objetificava fora dela. Tal habilidade era continuamente testada por meus/minhas interlocutores(as), colegas de profissão e pessoas LGBTI+ aprisionadas.

Entre meus colegas agentes penitenciários e os demais membros da administração pública, as atitudes em relação a mim alternavam entre a suspeita e a cumplicidade. Em determinados momentos, minha pesquisa era associada às instituições que defendem “Direitos Humanos”. Na fabulação dos(as) agentes prisionais, ela seria entregue como denúncia aos órgãos de defesa de Direitos Humanos que fiscalizam e eventualmente punem excessos do uso da força no trabalho dos profissionais da segurança na prisão. Aos olhos de parte hegemônica desses(as) profissionais, a pesquisa e esses órgãos estariam classificados como “defensores de bandidos” (Nascimento, 2018). Em outros momentos, beneficiava-me do fato de ser identificado por diretores e demais profissionais nas unidades prisionais como o “colega agente penitenciário que está realizando a pesquisa de mestrado aqui”. Essa identificação acionava ficções persistentes na burocracia estatal, alçando-me à condição de pessoa “insuspeita”, ou seja, alguém que poderia ter acesso privilegiado à rotina prisional e a informações pouco divulgadas. Pude participar diversas vezes do cotidiano de interlocutoras(es) com pouca ou nenhuma vigília por parte de terceiros, regalia dificilmente possibilitada a alguém que não faça parte da corporação²⁰. Por outro lado, minha condição como agente cos-

20 Acesso a travestis reclusas vem sendo referenciado pela literatura do campo como algo dificultado para pesquisadores(as) sem vínculo com os espaços prisionais. Dificuldade justificada institucionalmente devido a uma suposta necessidade de manter a “segurança prisional”. Tal justificativa reitera a compreensão do corpo ambíguo da travesti como fonte de contágio (FOUCAULT, 1997), ao mesmo tempo que isenta profissionais do sistema prisional de relações hierarquizadas de vigilância.

tumava inibir as falas de travestis e demais pessoas aprisionadas no que diz respeito a “atividades ilícitas” ou posse de objetos “não permitidos” no interior das penitenciárias.

Muitas vezes, as suspeitas a respeito da pesquisa eram equacionadas por conjecturas sobre a natureza de minhas condutas ou preferências afetivo-sexuais. Não eram incomuns insinuações dos profissionais de que eu fosse “baitola”²¹ ou das travestis em me identificar como um “entendido”, alguém que certamente já havia compartilhado as sensações por elas descritas quando relatavam vivências de pessoas LGBTI+ ou interações erótico-afetivas com parceiros sexuais. Em mais um deslocamento da pesquisa, meu corpo exposto às ambiguidades do campo era agora colocado sob suspeita, avaliado como corpo sexualizado, característica aparentemente incompatível com o exercício da profissão de agente prisional.

O tom jocoso utilizado por colegas e presas(os) para caracterizar meu interesse contínuo sobre pessoas LGBTI+ nas prisões cearenses parece assinalar uma suposta incompatibilidade entre o exercício da função de agente penitenciário e a tematização de relações de gênero e sexualidade. O despropósito em pensar prisões a partir desses temas costumava ser materializado em comentários debochados acerca de meu corpo em trânsito entre corredores e celas como corpo impertinente, faltoso, desprovido de heterossexualidade. Tais reações revelam que para meus/minhas interlocutores(as), pensar o Estado é pensar uma narrativa totalizante, masculina, não um ponto de vista possível, descentrado e descentralizante (Vianna; Lowenkron, 2017).

Corpos imaginando mundos: entrepostos, (trans)ições, textualizações

Como evidenciado acima, deslocamentos em campo instituíram novas curiosidades, formas de ação, tomadas de consciência e processos de subjetivação. A princípio, a despeito da narrativa polarizada e unidimensional sobre os espaços prisionais tal como

21 “Baitola” ou “viado” são termos locais para designar homens que mantém contato afetivo-sexual com outros homens.

operada pelo Estado, a nova identificação como pesquisador me impunha a habilidade de textualizar diferentes percepções a partir de diferentes sujeitos que, naquele momento, compartilhavam comigo certa comunidade de destino (Bosi, 1994). Posteriormente, veio a percepção de que minha função como agente prisional era um dado da equação de minha relação com minhas colaboradoras travestis e com outros profissionais presentes em campo que, por vezes, intermediaram o acesso a dados da pesquisa. Interlocuções e dados pareciam, portanto, compor com meu corpo e lugar/es social/is uma trama única, inextrincável.

Essa experiência de autoconsciência ultrapassava os momentos de interação em campo. Mobilizava também reflexões sobre o que divulgar ou não em redes pessoais de comunicação *online*, visto que interlocutores/as interlocutores/as e suas redes familiares, bem como outros/as agentes prisionais e demais profissionais poderiam ter acesso ao meu perfil pessoal em aplicativos como *facebook*, *twitter*, *instagram* e outros. Muitas vezes, comentários de empatia à ação de agentes que compartilhavam comigo condições de trabalho eram tolhidos pela possibilidade de despertar ambiguidades sobre meu interesse na interação com interlocutoras/es que habitavam as periferias onde ações policiais eram mais frequentes.

O esforço de reflexividade na composição de uma *persona* capaz de aliar minhas ações como agente e meus interesses como pesquisador ultrapassava, portanto, minha presença e interação face a face com interlocutoras/es, por vezes extravasando para meus hábitos do dia a dia. A despeito do uniforme que usava em minha atividade como agente penitenciário, eu deveria aprender a me comunicar com as travestis aprisionadas e não ser visto com desconfiança por elas, familiares, vizinhos e outros sujeitos implicados na pesquisa. Dessa forma, o quão proveitoso seria abolir ambiguidades se elas eram a chave de grande parte da troca de informações entre travestis e agente? Tais perguntas estendiam as implicações acima levantadas sobre diferença e formas de identificação multissituadas para minha condição como pesquisador, não se restringindo às formas como eu aprendera a identificar as/

os colaboradoras/es da pesquisa. Assim como elas, eu passava a perceber como meu corpo encontrava-se sob rasura, encarnando e deslocando sentidos polissêmicos.

Marco Antonio Gonçalves e Scott Head (2009, p. 15) ressaltam como as ciências humanas estabeleceram profunda crítica às formas tradicionais de representar o outro,

passando de uma forma ingênua e inócua de 'descrever e apresentar costumes alheios' a um modo implicado de apresentação em que a perspectiva do etnógrafo exprime uma crítica da própria relação de pesquisa inserida em uma arena político-cultural determinada

Ao longo do percurso da antropologia como campo de conhecimento, diferentes formas de analogias entre diferenças são operadas, conformações de fronteiras na relação eu-outro são redesenhadas. Ganham novas dinâmicas as relações de poder que precipitam essas fronteiras. Debates recentes que problematizam implicações éticas, estéticas, políticas e epistemológicas do monopólio da produção de imagens a partir da qual o outro é visto, e consequentemente se vê, colocam no centro das Ciências Humanas a relação intersubjetiva entre diferenças como momento singular para a performatização de si. Uma "fabulação", como conceituada por Jean Rouch (Morin; Rouch, 2003; Gonçalves, 2008).

A obra do diretor Eduardo Coutinho está profundamente marcada por esses encontros em que a partir de breves interações com o diretor e a equipe de filmagem, personagens produzem deslocamentos e tomadas de consciência da gramática usual utilizada para defini-las. Materializa-se na obra de Eduardo Coutinho a multiplicação de mundos possíveis, ainda que cristalizados por palavras e imagens repetitivas, cotidianas, banais. Em Babilônia 2000 (Babilônia, 2001), por exemplo, Roseli, moradora do Morro da Babilônia, no Rio de Janeiro, vê a equipe de filmagem chegando a sua casa e avisa – "Estou tentando descascar batata para fazer

uma maionese. Ah, eu não vou aparecer na televisão?!? Não!” Um membro da equipe intervém – “Não é televisão, é cinema!”. Roseli retruca – “Podem subir se quiserem tomar uma cervejinha. Não! ... vai aparecer nos Estados Unidos? Vai ter um concurso? Tenho que me arrumar? Mudar o visual? (...). Você quer pobreza mesmo, é? (...). Você quer é comunidade, não é?”.

Nesse diálogo com a equipe, Roseli evidencia ter consciência das imagens usuais a partir das quais o “morro” costuma ser comunicado: beleza exótica, pobreza, comunidade. Gramática restrita ironizada por Roseli. Em diálogo com a equipe de filmagem, Roseli situa a si mesma como editora das imagens do morro onde mora. Ao manter o diálogo acima descrito em seu filme, quando seria fácil editá-lo do produto final, Eduardo Coutinho expande o potencial da relação entre diferentes sujeitos condensados no material audiovisual (Lins, 2004). Ironia, clichês estereotípicos, canais, artimanhas e disputas narrativas através da edição de imagens mostram os desafios e a potência criativa da relação intersubjetiva (Clifford, 2002).

Observar os mundos que se multiplicam no corpo do etnógrafo a partir dos distintos “acessos” (Gaborit, 2019) inaugurados ao longo da pesquisa, permitiu-nos textualizar moralidades que acompanham as identidades sociais ocupadas, como tais moralidades estão enredadas pela mútua constituição de gênero, sexualidade e Estado (Vianna, Lowenkron, 2017). Permite-nos ainda pensar os jogos de interação de tais lugares sociais com as trajetórias que as fundam, em mim e nas/nos interlocutoras/es. Permite-nos, por fim, pensar restrições de suas textualizações unidimensionais a partir de suas identidades sociais, das narrativas do Estado ou mesmo das narrativas a partir do ponto de vista dos Direitos Humanos²².

Aprendemos com a antropologia feminista, a centralidade do corpo na experiência de textualização das relações sociais (Padovani, 2018b; Piscitelli, 2008; Nascimento, 2019), tema recorrente na produção antropológica sobre travestis. Até bem recentemente, esse

²² Alguns aspectos das análises aqui pontuadas a partir de “cenas” foram desenvolvidas em Nascimento (2022).

outro costumava ser descrito a partir de um corpo específico (Kulik, 2008; Benedetti, 2005), espaços específicos (Pelúcio, 2009) e uma subjetividade específica (Carvalho, 2011a; Barbosa, 2015).

Multiplicar a descrição de espaços coproduzidos por pessoas trans permite-nos perceber implicações desses corpos a outros sujeitos: mediando imaginários nacionais através das circulações entre fronteiras (Piscitelli, 2008; Nieto Olivar, 2022), problematizando limites da cidadania e das redes de militância nacionais e internacionais (Carvalho, 2011a; Coacci, 2019; Carrijo *et al.*, 2019), impondo suas presenças a serviços públicos de saúde (Carvalho, 2011b, Jesus, 2016) e, mais recentemente, pela escrita de pesquisadoras *trans* sobre pessoas *trans* (Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018; Cavalcanti; Sander, 2019; Jesus, 2016; Carrijo *et al.*, 2019; Andrade, 2019), firmando novas complexidades para o campo. Esse conjunto de deslocamentos desmistifica a sobreposição monográfica entre espacialidade, cultura e indivíduo. Travestis não ocupam um espaço único ou compartilham uma cultura nativa que antecederia seus trânsitos e possibilidades. Inventam, inventam-se e são inventadas a partir de diferentes trânsitos e relações sociais.

Se vivências são reapresentadas a partir de textualizações e imagens que compõem o universo narrativo que nos envolve, Jacques Leenhardt (2001) nos lembra que trocas entre sujeitos são sempre antecidas pelo reconhecimento de sujeitos distintos com quem (não) se poderia operar trocas, tema retomado recentemente pelos feminismos decoloniais (Lugones, 2020). Mantenhamos em mente a dinâmica entre imagens, textualizações e artimanhas dos sujeitos em operar narrativas em nossa retomada ao campo da pesquisa.

Como dito acima, o cotidiano como agente impunha o convívio com presos/as LGBTI+ em um mesmo universo simbólico, embora com *status* dessemelhantes. A localização do corpo travesti como Outro não se tratava de uma operação intelectual sem efeitos práticos. Ela era reapresentada diariamente pela dinâmica de trocas no cotidiano prisional. Ao acompanhar Renata na faxina dos espaços prisionais, por exemplo, meu corpo era alçado ao

jogo de interações e trocas mediadas por gênero que conformam aqueles/as que transitam os espaços comuns da prisão. Enquanto a interlocutora executava a faxina e narrava a produção de si mediada pelas in(ter)venções corporais realizadas, eu afastava camas e outros objetos. Reatualizava-se ali a complementaridade de tarefas, precipitações do feminino e do masculino naquela unidade prisional destinada a homens.

Minha aproximação com Renata, Amanda e outras travestis presas também me projetou como alguém que poderia facilitar o acesso aos atendimentos profissionais, medicamentos, preservativos e itens de higiene pessoal fornecidos de forma ineficiente pelo Estado. Possibilidade enredada pela precariedade intensa vivida nas prisões brasileiras (Benevides, 2022). Como tratado acima, Amanda e seu companheiro, Cadu, aguardavam meus turnos de plantão na penitenciária para solicitar preservativos. Segundo ela, outros/as agentes não viam com bons olhos relações sexuais entre internos em um presídio masculino. Consequentemente, não forneciam preservativos. Tais trocas em campo fissuravam a rigidez dos lugares atribuídos ao agente e às presas. Meu corpo como agente se apresentava a elas como aberto a trocas; enquanto outros agentes, homens e mulheres, performavam seu vínculo com o Estado, mantendo relações outras com presos e presas. A intenção de esgaçar os lugares de interlocução, produzindo para mim um lugar relacional como agente e pesquisador, assinalava minha intenção de compartilhar suas narrativas, e não apenas contê-las; ordená-las; controlá-las.

Se retomarmos Leenhardt (2001), lembraremos que essa comunicação de significados seria impossível se não estivéssemos, agente/pesquisador e interlocutoras, amparados por uma narrativa unificadora, que nos reconhece como pares de trocas em um universo simbólico que nos aproxima e distingue. Se entrecruzarmos esse raciocínio às relações de gênero e sexualidade, Perlongher (1987) se impõe como referência obrigatória. O autor nos lembra, ainda na década de 1980, que travestis e homens uniformizados compartilham um mercado comum: o da mascu-

linidade. A partir desse mercado comum, utilizando as poéticas disponíveis que as localizam e que usualmente me localizavam como sua contraparte, tornou-se comum ouvir narrativas sobre experiências de iniciação sexual, montagem, a falta que faziam os hormônios etc. Débora, por exemplo, descreveu longamente como costumava ser desejada pelos meninos em sua infância e adolescência. Destacava os momentos às margens do Rio Acaraú onde brincava com seus coleguinhas de “papai e mamãe”, protagonizando a figuração feminina nas relações com garotos descritos como “homens de verdade”. Uma nova inflexão de “acesso” (Gaborit, 2019) ao campo pôde ser anunciada quando as interlocuções passaram a me localizar nesse mercado como objeto e não apenas como sujeito da escuta.

Cena 05: Michel, Amora, Fernanda e Érika

Trancados em uma sala de aula, após uma roda de conversa sobre as transformações corporais na experiência travesti e sobre o cotidiano do aprisionamento, eu; Michel; Amora; Fernanda e Erika permanecíamos ali aguardando a vinda dos agentes plantonistas que conduziriam internas e interno de volta para a cela. Erika se aproximou um pouco mais. Encurtando o *short* e a blusa, elogiou minha aparência física – “Gostei de você. É bonito! Do tipo que eu pegaria”. Eu, totalmente desconcertado, esbocei um sorriso tímido enquanto as/os demais dispararam uma gargalhada. Erika continuou olhando para as outras travestis dizendo – “Vamos ‘fazer um duzentos’²³ nele, meninas?”. Michel diz – “Eu prefiro que você me passe o número do seu celular para que continuemos a conversa²⁴”. Risos intensos acompanharam cada comentário. Aparentemente, as narrativas ali compartilhadas sobre corpo, sexualidade e vivências na prisão recompuseram a Michel, às interlocutoras, a mim e ao próprio espaço prisional. Naquele espaço/tempo, agora era eu o estrangeiro! Respondi desconcertado às in-

23 A interlocutora faz referência ao artigo 214 do Código Penal, referente a atos sexuais não consentidos. Presos por esse crime são chamados na prisão por “duzentos”.

24 Durante a roda de conversa, Michel descrevera como costumava usar o celular em suas atividades afetivo-sexuais. Essa tecnologia, tão coibida e tão presente em unidades prisionais, compunha o dia a dia da prisão, incluindo relações erótico-afetivas entre presos, conjuges e paqueras. A esse respeito, ver: Nascimento, Marques e Osterne (2020).

vestidas de Michel reafirmando as regras quanto ao uso de aparelhos celulares. Recompus-me como agente, reterritorializando-nos pela lembrança do regulamento. Agentes penitenciários chegaram e interromperam a conversa calorosa. As meninas foram algemadas, vistoriadas manualmente e reconduzidas a sua condição de internas. Despedindo-se, uma delas olhou para trás finalizando nosso contato com um breve “tchau”.

A ânsia por situações de contágio em que a polifonia presente nas unidades prisionais pudesse ser observada, à despeito das narrativas polarizadas e unidimensionais do estado pelo Estado, dotaram-me, portanto, de novas camadas, prenes de possibilidades de interação. Novos universos de trocas, trânsitos por novas espacialidades, ainda que de modo claudicante e precário, novas mediações informadas por gramáticas corporais (Nascimento, 2019). No entanto, vale frisar que esse novo senso de trocas, trânsitos e pertencimentos era invariavelmente modulado por minha condição como agente. Desenvolver uma pesquisa assumindo lugares relacionais em um campo multissituado implicou em ser observado a partir de relações polissêmicas por mim cultivadas. Cada borramento produzido em campo teve implicações nas circulações no espaço prisional, no conteúdo dos dados a que tive acesso e nas relações do pesquisador com interlocutoras(es) nos espaços da pesquisa. Se, por vezes, era a posição de agente que capitaneava as colagens, hibridações e pátinas nas formas de identificar-me pelos(as) diversos(as) colaboradores(as) em campo, em alguns momentos esse corpo era acionado pelo fato de ocupar espaço contínuo ao longo do tempo. Corpo disponível marcado por imagens advindas de outros tempos e espaços distantes dali (Brah, 2006). Complementaridade entre o masculino do agente e o feminino nos corpos das interlocutoras/es.

Considerações finais

Ao longo do artigo, narrativas unidimensionais do Estado sobre o espaço prisional são questionadas. Polarizações aparentes entre trabalho e moradia; agente e preso; masculino e feminino

são tensionadas a partir da inserção do pesquisador em campo. A presença de corpos travestis no cotidiano de uma prisão masculina nos parece um ponto-chave para a multiplicação desses tensionamentos.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos da pesquisa, as situações polissêmicas e ambíguas que caracterizam as interlocutoras travestis no ambiente prisional (Boldrin, 2017; Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018; Cavalcanti; Sander, 2019; Sander, 2021, Benevides, 2022, Sander, 2023) alçaram a percepção de ambiguidades também no corpo do etnógrafo/agente prisional. A dupla função como trabalhador e pesquisador propiciaram relações de estranhamento constante sobre os presos, na relação entre presos, na relação com outros agentes, na relação com a administração prisional e, finalmente, na relação entre esses interlocutores e presos “faccionados” que modificaram o cotidiano das prisões cearenses a partir de 2014 (Nascimento, 2018, 2022a).

Conforme descrito ao longo do artigo, o acompanhamento de interlocutoras/es entre o dentro e o fora da prisão instrumentalizou a problematização da relação da prisão com as periferias; os múltiplos agentes que definem as identificações travestis nas periferias cearenses e a própria gramática a partir da qual interlocutoras travestis performatizam o feminino em seu corpo.

Finalmente, a relação do agente/pesquisador com o Estado revelou potencialidades da dupla relação vivenciada ao longo da pesquisa. Todos os pontos definidos acima reforçam dois aspectos da literatura atual dos estudos prisionais no Brasil: a relevância das metodologias pautadas nas relações entre o dentro e o fora da prisão; e a coprodução das questões ressaltadas acima e os estudos de gênero e sexualidade.

A dinâmica da reinvenção de personagens vivida por travestis e pelo etnógrafo/agente ao longo da pesquisa parece reiterar a ideia de Nigel Rapport (1997) de que lugares etnografados não são propriamente espacialidades físicas, mas “lugares cognitivos” desenvolvidos pelos sujeitos em suas relações com outros sujeitos.

Ao estressar as potencialidades teórico-metodológicas do lugar relacional como agente e pesquisador nas prisões cearenses, demonstramos que esse lugar cognitivo é também um instrumento a serviço do etnógrafo. Um lugar dinâmico e multifacetado revelado ao longo de sua inserção.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **RECIIS** - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 330-339, 2019. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1822>. Disponível em: <https://www.recis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1822>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BABILÔNIA 2000. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho; Donald K. Fotografia: Jacques Cheuiche. Montagem: Jordana Berg. Ranvaud, Rio de Janeiro: CECIP, 2001. 1 filme (80 min).

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2015. 130 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna (coord.). **Não existe cadeia humanizada!** Estudo sobre a população LGBTI+ em privação de liberdade. Brasília, DF: Distrito Drag, 2020.

BENEVIDES, Bruna (coord.). **Dossiê trans Brasil**: um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional. Brasília, DF: Distrito Drag: ANTRA, 2022.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BOLDRIN, Guilherme Ramos. **Desejo e separação**: Monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Resolução conjunta nº. 1, de 15 de maio de 2014. Dispõe sobre estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 74. p. 1-2.

BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora**: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANHEO, Roberta. **“Puxa pro Evaristo”**: produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CARRIJO, Gilson Goulart; SIMPSON, Keila; RASERA, Emerson Fernando; PRADO, Marco Aurélio Máximo; TEIXEIRA, Flávia Bonssucesso. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54503, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254503>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n254503>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011a.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 36-62, 2011b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/fP5cfdscQVgQnfXNh3L7mPn/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes. **Participo que... Desvelando a punição intramuros**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta; BICALHO, Pedro Paulo. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 175-191, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CAVALCANTI, Céu; SANDER, Vanessa. Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 55, e195507, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gN4ZdVsJwfnYkxyc7VQhtjj/abstract/?lang=pt>. Acesso: 20 fev. 2025.

CLEMMER, Donald. **The Prison Community**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.) **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 17-62.

COACCI, Thiago. Movimento trans em Belo Horizonte: resgatando o histórico e mapeando o presente. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, e195518, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550018>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656404>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CUNHA, Manuela Ivone. Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão. *In*: CUNHA, Manuela Ivone. **Aquém e além da prisão: cruzamentos e perspectivas**. Lisboa: 90 Graus, 2008. p. 7-32.

CUNHA, Manuela Ivone. The Ethnography of Prisons and Penal Confinement. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 43, p. 217-233, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102313-030349>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-anthro-102313-030349>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

FARIAS, Juliana. **Governo das mortes**. Uma etnografia de gestão de populações das favelas no Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GABORIT, Liv. Olhando através dos portões das prisões: o acesso no campo da etnografia. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 55, e195505, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BmF9bjLRXZZWM6qPRbb759K/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1989. p.3-21.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**. O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GODOI, Rafael. O controle da pena: presos, defensores e processos nos circuitos do sistema de justiça. **Revista Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 389-411, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14557>. Acesso: 20 fev. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Manicômio, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, Marco Antonio. **O Real imaginado**: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

GONÇALVES, Marco Antonio. Sensorial thought: cinema, perspective and Anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 9, n. 02, p. 160-183, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412012000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/QmjVQ9qH98rTm4Bd6rmdHRG/?lang=en>. Acesso em: 20 fev. 2020.

GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott. **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 15-35.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminista-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica. 2009, p. 33-118.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Medicina: uma ciência maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 195-204, 2016. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17187>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17187>. Acesso em: 20 fev. 2025.

KULIK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAGO, Natália. **Jornadas de visita e de luta**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em tempos de encarceramento em massa. *In*: MALLART, Fábio; GODOI, Rafael (org.). **BR 111 a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique**, 2017. p. 71-86.

LAMOUNIER, Gabriela Almeida Moreira. **Gêneros encarcerados**: uma análise transviada da política de alas LGBT no sistema prisional de Minas Gerais. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

LEENHARDT, Jacques. Globalização e transdisciplinaridade: a segunda revolução identitária. *In*: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-104.

LINS, Consuelo. **O Documentário de Eduardo Coutinho**. Televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52- 83.

MALLART, Fabio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 21, p. 1-17, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3620>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3620>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Houston, v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2155931>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2014.

MARQUES, Roberto. Nordeste, contracultura e cultura popular: lugares cognitivos e ficções persistentes na poética de João do Crato. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 2, e198022, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.198022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/H74vnfQ5kYHDd965QL6GvtC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MORIN, Edgar; ROUCH, Jean. Chronicle of a Summer: A Film Book by Jean Rouch and Edgar Morin. In: ROUCH, Jean. Translated by: Steven Feld. **Ciné-Ethnography**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2003. p. 229-342.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Agente penitenciário e/ou pesquisador? Trabalho e pesquisa na prisão desde um lugar relacional. **Revista Norus: Novos Rumos Sociológicos**, Fortaleza, v. 6, n. 10, p. 304-327, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v6i10.13555>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/13555>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil. **Revista de Estudos Femistas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e57687, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157687>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kpwDhjD3JLBL7Z57nPQjPbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. **Fronteiras de guerra**: gestão da vida e processos de Estado nas fronteiras entre policiais penais e presos. 2021. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Fazendo Família e Etnografia Entre Irmãos de Farda. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, 2022a. DOI: 10.5433/2176-6665.2022v27n3e46391. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46391>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. **Travestilidades aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. São Paulo: Editora Dialética, 2022b.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MARQUES, Roberto; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Relações e relacionamentos de pessoas LGBT em prisão masculina: Entre normas e limites do dentro e fora da prisão. **Revista Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 297-316, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.20088>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/20088>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MARQUES, Roberto. Fazer-se estado a partir das fronteiras: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 50, p. 249-270, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2019v1n50.41300>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/41300>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, Silvana. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.161080>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NIETO OLIVAR, José Miguel. Amor, trabajo y movimiento en la materialización de la frontera. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 20, n. 41, 2022, p. 73-107. DOI: <https://doi.org/10.52521/20.8013>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/8013>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PADOVANI, Natália Corazza. No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 185-218, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645011>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PADOVANI, Natália Corazza. Tramas de afetos e transações: relações tecidas por brasileiras presas em Barcelona. **Transgressões**, Natal, v. 4, n. 1, p. 133-149, 2016. DOI: [10.21680/2318-0277.2016v4n1ID8557](https://doi.org/10.21680/2318-0277.2016v4n1ID8557). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/8557>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das classes perigosas. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 51, e175101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hYPtfGZTDrgjNYsczsTw6MG/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018a.

PADOVANI, Natália Corazza. É possível fazer Ciências Sociais sem uma análise crítica das categorias de diferenciação? Uma proposição feminista. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6-30, 2018b. DOI: 10.12957/cesp.2017.37720. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/37720>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PAIVA, Luiz Fábio Paiva. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do michê**. Prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 20 fev. 2025.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 fev. 2025.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 fev. 2025.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 165 p.

RAPPORT, Nigel. **Transcendent individual**. New York: Routledge, 1997.

RAPPORT, Nigel. The narrative as fieldwork technique. Processual ethnography for a world in motion. *In*: AMIT, Vered (ed.). **Constructing the field**: ethnographic fieldwork in the contemporary world. New York: Routledge, 2000. p. 71-95.

RIBEIRO, Aline. Suicídios, homicídios e problemas psiquiátricos: a crise dos policiais penais do Ceará. **O Globo**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/suicidios-homicidio-problemas-psiquiatricos-crise-dos-agentes-penitenciarios-do-ceara-25358512>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MORAES, Suiany Silva de. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. **Revista Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 15, Edição Especial n. 4, p. 441-468, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46476>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/qZCzMYPCKfr4mqrvcnjVYPN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SÁ, Leonardo Damasceno; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. “Guerra das facções” no Ceará (2013-2018): Socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer”. *In*: Encontro Anual da ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. **Anais [...]**. Minas Gerais: ANPOCS, 2018. p. 1-30.

SALLA, Fernando. A pesquisa na prisão: labirintos. *In*: LOURENÇO, Luiz Cláudio; GOMES, Gerder Luiz (org.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 11-27.

SANDER, Vanessa. As bichas e os bofes na crise do sistema penitenciário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 63, e216311, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HDyJ3zYZVWt4RnChBqNSdGN/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SANDER, Vanessa. Tiranias da intimidade: impasses em torno da revista íntima de travestis presas. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 55, n. 2, e55613, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a55613>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/55613>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SANDER, Vanessa. **Pavilhão das sereias**: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Telha, 2024.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. **Sexualidade, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 140-160, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.06.a>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/s3PY4QsTZ8vdpLMk75XpHHn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UZIEL, Ana Paula; PADOVANI, Natália Corazza; BALDANZI, Ana Camilla de Oliveira; D'ANGELO, Luisa Bertrami; HERNANDEZ, Jimena de Garay; ROCHA, Bárbara Silva da; LIMA, Vanessa Pereira de; SILVA, Martinho Braga Batista e (org.). **Prisões, sexualidades, gênero e direitos**: desafios e proposições em pesquisas contemporâneas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de Si**. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. 2. ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Caderno Pagu**, Campinas, SP, n. 51, e175101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.